

## IMPrensa E POLÍTICA EXTERNA EM TEMPOS DE ABERTURA POLÍTICA: O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA

### PRESS AND FOREIGN POLICY IN TIMES OF POLITICAL OPENING: RECOGNITION OF ANGOLA'S INDEPENDENCE ON *VEJA* MAGAZINE

**Adriano de Freixo<sup>1</sup>**

Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais  
Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Jacqueline Ventapane Freitas<sup>2</sup>**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** Em novembro de 1975, o Brasil foi o primeiro Estado estrangeiro a reconhecer a independência de Angola, apesar desse processo ter ocorrido sob a liderança de uma organização de tendências esquerdistas, o MPLA, e do governo ditatorial brasileiro ser profundamente anticomunista. Esse gesto representou o auge de uma política externa de viés autonomista e desenvolvimentista, implementada pelo governo do General Geisel (1974-1979), cujas origens remontam à “Política Externa Independente”, do início dos anos 1960, e que ficaria conhecida como “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”. Estes acontecimentos tiveram uma cobertura relativamente livre e ampla da imprensa brasileira, apesar da censura aos meios de comunicação ainda estar vigente no período. Partindo destas premissas, este artigo analisa e discute a cobertura da revista *VEJA* sobre o reconhecimento da independência de Angola pelo governo brasileiro, procurando compreender seu papel como ator político durante o processo de transição democrática e identificar setores e interesses que ela buscava representar.

**Palavras-Chave:** Revista *VEJA*. Independência de Angola. Imprensa. Política Externa Brasileira. Governo Ernesto Geisel

**Abstract:** In November 1975, Brazil was the first foreign state to recognise Angola's independence, although leadership of a left-wing organisation, the MPLA, carried out this process, with the profoundly anti-communist orientation of the Brazilian dictatorial government. This gesture was the culmination of an autonomous and developmental foreign policy implemented by General Geisel administration (1974-1979), whose origins go back to the “Independent Foreign Policy” of the early 1960s, and which would be known as “Ecumenical and Responsible Pragmatism”. These events were broad and relatively free covered by the Brazilian press, although media censorship was still in effect at the time. Based on these premises, this article aims to analyse and discuss the coverage of *VEJA* magazine on the recognition of Angola's independence by the Brazilian government, seeking to understand the role of this publication as a political actor during the democratic transition process and to identify sectors and interests that sought to act in this process.

**Key-words:** *VEJA* Magazine. Angola's Independence. Press. Brazilian Foreign Policy. Ernesto Geisel Administration.

---

<sup>1</sup> [adrianofreixo@id.uff.br](mailto:adrianofreixo@id.uff.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0361-8565>

<sup>2</sup> [jacventapane@gmail.com](mailto:jacventapane@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1491-1828>

**Recebido:** 31/03/2021

**Aprovado:** 31/07/2021

**DOI:** 10.29327/252935.13.1-6

### **Considerações iniciais**

Em abril de 1974, o mundo foi surpreendido pelo movimento militar que levou à queda da quase cinquentenária ditadura portuguesa, que havia sido instaurada em 1926, a partir de um golpe militar, e que, em 1933, tomara as suas feições definitivas – o chamado “Estado Novo” - com a consolidação de António de Oliveira Salazar como homem forte do regime (Maxwell, 1999; Meneses, 2011). Naquele momento, teve início um conturbado processo revolucionário que fez com que Portugal se tornasse o centro das atenções internacionais, com as grandes potências acompanhando, com atenção e apreensão, os acontecimentos no pequeno país ibérico.

Apesar do ímpeto radical e das posições mais à esquerda dos integrantes do Movimento das Forças Armadas (MFA) - o grupo que havia articulado a derrubada de Marcello Caetano, sucessor de Salazar na presidência do Conselho de Ministros -, a presença de um antigo integrante da cúpula militar do regime salazarista, o General António de Spínola, e de outros elementos conservadores na Junta de Salvação Nacional e do Governo Provisório que se estabeleceram após o 25 de Abril, fez com que a maior parte dos países com os quais Portugal mantinha relações diplomáticas reconhecesse, quase de imediato, o novo poder político instaurado no país (Ferreira, 1994). No caso do Brasil, o reconhecimento foi feito em 27 de abril, logo após a Revolução e ainda no início do governo de Ernesto Geisel (1974-1979).

No centro do processo de crise da ditadura salazarista, que culminou na Revolução dos Cravos, estava questão africana e as guerras de libertação nos domínios ultramarinos de Portugal. As pressões internacionais pela descolonização e o apoio da maior parte da opinião pública portuguesa aos movimentos independentistas fizeram com que o governo provisório aprovasse, em julho de 1974, a lei número 7, que reconhecia o direito dos territórios ultramarinos à independência e à autodeterminação. Em agosto do mesmo ano, Kurt Waldheim, então Secretário-Geral da ONU, visitaria Portugal, manifestando a posição da Comunidade Internacional em favor de uma solução imediata e satisfatória para o problema das colônias (Ferreira, 2000).

No momento em que todas estas transformações ocorriam em Portugal e na África Portuguesa, o regime ditatorial brasileiro, implantado em abril de 1964, já demonstrava sinais de esgotamento. O modelo econômico que garantiu, a partir de 1968, altas taxas de crescimento anual para a economia brasileira, não ficou imune aos impactos das transformações pelas quais passava a

economia do mundo capitalista, com a intensificação do processo de concentração de capital em escala global.

Em termos políticos, o General-Presidente Ernesto Geisel dava início ao processo de abertura definido pelo próprio como uma “distensão lenta, gradual e segura”. Nesse contexto, o tradicional binômio “desenvolvimento e segurança”, formulado pela ESG (Escola Superior de Guerra) - que norteou tanto a política interna, quanto a externa dos governos militares - se ressignificaria na ideia de “o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável”.

Assim, para o desenvolvimento econômico e industrial do país, o governo brasileiro via como necessário garantir um espaço de atuação internacional e de autonomia política na condução das questões econômicas, buscando incrementar a exportação de seus produtos e, ao mesmo tempo, obter o capital e a tecnologia necessários a esse desenvolvimento.

Os militares almejavam uma posição de importância no cenário mundial para o país, dentro da perspectiva de um “Brasil Grande”, que estaria mais de acordo com suas dimensões continentais, assumindo, assim, o papel de ator ativo, e não mais de mero espectador do que ocorria no Sistema Internacional (Garcia, 1997).

Ao articular a política externa à busca pelo desenvolvimento, instrumentalizando-a para conseguir os recursos financeiros e tecnológicos para dar suporte às suas ações, o governo Geisel viria a representar o ápice de uma política autonomista e de diversificação de parcerias estratégicas, em uma linha de ação que remontava à Política Externa Independente (PEI) do início da década de 1960. Neste sentido, as orientações da política externa do governo Geisel foi sentido de “desvincular os interesses nacionais brasileiros da doutrina das fronteiras ideológicas, adequando-os à cambiante conjuntura internacional” (Gonçalves & Miyamoto, 1993, p. 230)

De imediato, Geisel teria que enfrentar o desafio de manter os altos índices de crescimento econômico dos anos anteriores, resultantes, em grande parte, do chamado “Milagre Econômico”, em meio a uma conjuntura internacional bastante desfavorável, pois seu governo seria diretamente impactado pela primeira crise do petróleo, que se iniciou em 1973.

As decisões sobre o acordo nuclear com a República Federal Alemã e a aproximação com os países do Oriente Médio e com os países da África Negra - estes dois últimos grupos, importante fornecedores de petróleo - surgiram, assim, como decorrência da necessidade de buscar novos parceiros que pudessem viabilizar o desenvolvimento nacional, mesmo diante da grave crise que limitou enormemente as fontes de financiamento externo e aumentou, sobremaneira, a dívida externa do Brasil (Vizentini, 1998; Saraiva, 1996).

Esse quadro internacional de crise, que caminhava ao lado da percepção de que o modelo ditatorial instituído não tinha mais as bases de sustentação de quando se iniciou, em 1964, levou também à reformulação das perspectivas geopolíticas de parte expressiva da elite militar, consolidando a ideia de que o aspecto ideológico não deveria ser o parâmetro mais forte a nortear a atuação internacional do país. Por outro lado, é importante ressaltar, também, que o processo de transição democrática e as questões de política exterior interagiram entre si de forma bastante significativa, com Geisel instrumentalizando o processo decisório de política externa para fortalecer seu projeto político de controlar as forças de oposição, inclusive as existentes no interior das Forças Armadas (Spektor, 2009).

Nesse sentido, o elemento econômico tornar-se-ia central, o que levou à necessidade premente de busca por novos mercados, não apenas para o suprimento de petróleo, mas também para a construção de novas parcerias estratégicas. Assim, o afastamento de Portugal da África, após a Revolução dos Cravos, abriu uma janela de oportunidades para os interesses brasileiros nas ex-colônias portuguesas naquele continente.

Dentre os antigos territórios coloniais portugueses, Angola viria a ser o de maior interesse para o Brasil, não apenas pelos laços culturais e históricos que ligavam os dois países, mas, principalmente, por sua importância econômica e sua posição estratégica no Atlântico Sul. As mudanças que ocorriam na África portuguesa, portanto, eram alvos de atenção especial da diplomacia brasileira. Se, até então, as relações Brasil-África Lusófona se estabeleciam via Lisboa, a partir do processo de libertação das colônias portuguesas estas relações passariam a se dar diretamente com os novos Estados independentes que então se constituíam.

Assim, em decorrência dos interesses brasileiros em África e da presença de uma numerosa comunidade lusa no Brasil, tanto o processo revolucionário português, quanto a descolonização dos antigos territórios ultramarinos lusos despertaram bastante atenção da imprensa e da opinião pública brasileira. Entretanto, se os acontecimentos em Portugal foram vistos sob um prisma de certa normalidade, o que se traduziu no imediato reconhecimento do novo governo português e de uma posição praticamente consensual das elites políticas, econômicas e militares em torno da questão, como se percebe na cobertura midiática desses eventos, o mesmo não ocorreu em relação ao processo de independência de Angola e o subsequente reconhecimento do governo do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) pelo Brasil.

Diferentes setores do aparato estatal e da sociedade brasileira se posicionaram de maneira distinta em relação a essas duas questões e encontraram na imprensa, que gradativamente começava a ter maior liberdade de atuação, o espaço para que essas diferentes visões fossem apresentadas para

a opinião pública, o que expôs, inclusive, alguns dos embates políticos ocorridos no âmbito interno do governo durante o processo de transição democrática.

Nessa visada, a imprensa deve ser compreendida como um dos atores políticos domésticos que interferem nas decisões da política externa adotada pelo Estado, podendo ser associada àquilo que Duroselle (2000) designou de forças profundas - o conjunto de forças sociais, políticas, econômicas e culturais, que busca exercer algum tipo de pressão sobre os “homens de Estado” -, que tanto podem influenciar quanto pressionar os governos e, por consequência, os Estados, na adoção e nos rumos das suas políticas externas.

Por outro lado, ela funciona também como um meio por meio do qual se travam debates entre grupos distintos, traduzindo então múltiplos interesses existentes na sociedade. Nas análises desenvolvidas neste artigo, procura-se entender a imprensa como um ator doméstico, mas que desempenha um papel importante no âmbito da política externa, por meio da influência exercida sobre a opinião pública ou procurando realizar pressões indiretas – via classe política – sobre o Executivo e os formuladores dessa política (Hill, 2003).

## **1. Imprensa, Abertura Política e Política Externa**

Dez anos após o golpe de 1964, iniciar-se-ia a longa fase de transição para a democracia no Brasil, em um processo “lento, gradual e seguro” tutelado pelos militares, sob o comando do novo governo do também general Ernesto Geisel. Na esteira dessa distensão, a liberalização da imprensa se deu de forma paulatina, a partir de uma estratégia bem definida, alternando entre medidas que afrouxavam os mecanismos da censura e outras que acentuavam o caráter repressivo do regime.

Autores, como Abreu (2003), percebem que a relação da imprensa com as questões de política exterior durante os anos da ditadura se estabeleceria como uma alternativa de luta democrática diante da censura e dos limites impostos à liberdade de expressão, com o noticiário internacional funcionando como uma espécie de “válvula de escape”.

Da mesma maneira que o noticiário econômico ganhara espaço por conta dos problemas da censura com os assuntos da política, o noticiário internacional, em tese, teria sofrido uma censura menor, tendo sido permitido até mesmo a publicação de temas aparentemente conflitantes com o momento político autoritário no país.

Indo na mesma direção, Natali (2004) afirma que os jornais cobriam temas internacionais sem muitas limitações da censura, exceto aquelas decorrentes de sua própria autocensura, com notícias que, paradoxalmente, iam das ações espetaculares dos guerrilheiros *Tupamaros* à vitória do socialista Salvador Allende ou do golpe que o derrubaria, em 1973, às denúncias feitas pela Anistia

Internacional ou pela Comissão de Direitos Humanos da OEA contra o governo do general Augusto Pinochet, entre diversos outros assuntos impensáveis de serem abordados caso estivessem relacionados à política nacional.

Apesar disso, Almeida (2009) ressalta que cerca de 16% do noticiário internacional da VEJA também sofreu censura. Essa visão traduz uma perspectiva que percebe a imprensa, nesse contexto, como um ator eminentemente democrático.

É importante ressaltar, porém, que, naquele momento, a imprensa brasileira já buscava estabelecer e ampliar espaços de influência junto aos atores políticos de maior relevância. Nesse sentido, a maior abertura aos assuntos internacionais e às questões relacionadas à política exterior devem ser entendidas para além de serem simplesmente uma alternativa à censura que ela sofria no tocante às questões da política doméstica. Mais do que ser um espaço que a imprensa encontrou para “fugir” do cerceamento daqueles anos, pode-se pensar essa relação na perspectiva de que uma decisão de política exterior consiste em uma decisão de política pública e não um assunto distante do campo doméstico, envolvendo interesses múltiplos e não apenas governamentais.

Dassin (1984) afirma que as múltiplas conexões entre a imprensa e a transição democrática não foram examinadas em todos os seus detalhes, prevalecendo uma visão idealizada do papel contestador da imprensa em relação às práticas autoritárias do regime, principalmente no que se refere à censura. Por outro lado, também não se pode aceitar a visão simplista de que os veículos de comunicação de massa seriam tão somente instrumentos ideológicos a serviço do Estado. Deve-se compreender a imprensa como uma instituição que reflete as ligações complexas que se estabelecem entre os setores dominantes e os setores dominados da sociedade em todos os níveis: entre o Estado, o público e os proprietários e funcionários das organizações de mídia.

Isso pode ser percebido na forma e na organização dos temas abordados pelos meios de comunicação. Neste recorte, é possível perceber que o noticiário internacional tinha estreita relação com as questões econômicas do país, principalmente nas temáticas que envolviam problemas energéticos e os conflitos dele decorrentes, que contrapunham interesses externos, o empresariado nacional e o próprio governo, como se verá adiante. Assim, nesse contexto, questões relativas aos processos decisórios em política externa acabavam por imbricar-se com os questionamentos ao processo político interno e ao modelo econômico estatizante.

Ao se identificar os meios de comunicação - mais especificamente a chamada grande imprensa ou a imprensa hegemônica - como parte da estrutura do poder societal, cuja produção textual “favorece[m] as histórias sobre pessoas, os grupos ou as instituições mais poderosas da sociedade”, esses passam a assumir o papel de “elites simbólicas” (Van Dijk, 2012, p. 74). Ao

mesmo tempo, também se constituem em espaços de disputas por hegemonias que ocorrem tanto entre essas elites, quanto a partir de forças contra hegemônicas.

Via de regra, essa grande imprensa tem o grosso de sua circulação entre as elites que exercem, simultaneamente, os papéis de fontes, protagonistas e leitoras das notícias, excluindo, assim, a grande maioria da população da dimensão do espaço público dos meios de comunicação e reforçando o caráter excludente da agenda nacional. Um dos campos em que mais se evidencia esse afastamento da pauta pública, mantendo-se na esfera restrita das elites, é o da política externa, em que se pode identificar uma “pouca mobilização” da opinião pública por esses meios de comunicação, exceto em momentos em que essa mesma elite busca o apoio às suas demandas e decisões.

Na realidade, quando se trata de meios de comunicação, deve-se compreender que eles se constituem em mais um dentre os diversos atores que buscam obter o atendimento de suas demandas na agenda política do governo.

No debate sobre os possíveis efeitos que as relações entre mídia e política exercem no campo da política externa ainda não há um consenso claro sobre quais e como - e se - eles, efetivamente, influenciam o processo de tomada de decisões. (Almond, 1950; Hill, 2003; Gilboa, 2002; Naveh, 2002). Mesmo em regimes democráticos, há a possibilidade de controle da informação por parte do governo nos assuntos relacionados à política exterior, visto que ele pode empregar armas ideológicas de propaganda - como o discurso do “anticomunismo”, a demonização de um inimigo ou supostas ameaças à segurança nacional - para manter o controle da mídia e criar um consenso na sociedade em apoio às suas decisões (Herman, 1993).

Com relação aos regimes não democráticos, nota-se que, da mesma forma, os líderes também buscam apoio para suas ações, ainda que as pressões oriundas da sociedade sejam menos intensas. Em ambos os casos, ocorre o chamado *Manufacturing Consent* ou “fabricação do consentimento”, conceituando por Herman e Chomsky (2002) como a capacidade que o poder estabelecido - do governo ou dos poderosos interesses privados - tem de enquadrar a notícia de forma a beneficiá-lo, marginalizando forças contrárias.

Voltando um pouco no tempo, é relevante destacar alguns aspectos, para compreender a própria relação da imprensa com o processo de transição democrática. Dreifuss (1981) identificou os grandes meios de comunicação brasileiros, associados ao capital internacional, como atores que fizeram parte do quadro dos responsáveis civis pela deposição de Jango. Os proprietários dos veículos de comunicação encampavam as ideias econômicas liberais e viam as restrições ao capital estrangeiro como uma grande ameaça. Em defesa de seus interesses, identificados com as teses do

liberalismo econômico, eles renunciaram ao liberalismo político, aceitando a centralização do poder nas mãos dos militares (Abreu, 2003).

As relações estabelecidas entre os proprietários dos meios de comunicação e os novos donos do poder durante os anos da ditadura brasileira não foram, contudo, de uma eterna “lua de mel” e podem ser compreendidas na perspectiva daquilo que Gentilli (2008) classifica como um aparente paradoxo: se, por um lado, a imprensa começou a questionar a censura que se abatia sobre ela e a violência do regime ditatorial, por outro, a sintonia anteriormente existente entre os militares e os proprietários dos veículos de comunicação permaneceu constante durante todo período da ditadura no país, inclusive após a decretação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968.

Nesse sentido, o desenvolvimento das estruturas do sistema midiático brasileiro teve um importante facilitador e impulsionador nos próprios controles discricionários impostos pela ditadura, tanto por meio da coibição do surgimento ou do crescimento de novos veículos, quanto pelas facilidades econômicas dadas aos proprietários dos grandes grupos de mídia.

E, nesse contexto, destaca-se o papel exercido pela Revista Veja, revista semanal de informações publicada pela Editora Abril. Criada em setembro de 1968, ela se tornaria, ao longo dos anos, a maior revista brasileira do gênero em termos de circulação e, portanto, de alcance de público. Apesar da construção de uma memória que a identifica como ator político relevante na luta pela redemocratização do país, a revista tinha um perfil editorial que a aproximava, desde seu início, das elites políticas e empresariais conservadoras que haviam apoiado o golpe contra João Goulart. Mas ao mesmo tempo, buscava atingir um público leitor mais amplo, atuando na construção de um consenso hegemônico articulado em torno de uma proposta liberal e de democracia relativa, que se manteria nas décadas seguintes (Rabelo, 1966; Souza, 1988; Silva, 2009).

A linha editorial da revista refletia a defesa de um modelo econômico calcado no livre mercado e na iniciativa privada e de um projeto de democracia nele fundamentado e que acabou sendo o modelo vitorioso ao fim da ditadura. Para avisar aos leitores quanto à saída da censura da revista, a edição 405, de 9 de junho de 1976, na seção “Carta ao Leitor”, informava que não mais seriam publicadas as árvores-símbolo da Editora Abril no lugar dos trechos censurados, ressaltando a importância da livre circulação de informações como o pressuposto para uma sociedade democrática. Mas, ao mesmo tempo, reafirmava que a revista não representava um veículo de oposição ou de contestação ao regime militar e que tampouco seria portadora de qualquer “missão ideológica” contrária à ordem constituída. Assim, a revista assumiria um papel importante no

debate público, tanto no que tange às questões políticas domésticas, quanto naquelas relacionadas à política externa.

## **2. A revista VEJA e a transição democrática no Brasil**

Para compreender o papel da revista durante a transição democrática, é preciso conhecer, em linhas gerais, a sua trajetória. Historicamente, o sistema midiático no Brasil se constituiu a partir da presença de grupos familiares na gestão das empresas de comunicação e na sua vinculação com as elites políticas, nacionais e locais. Segundo Kushnir (2004, p. 80), essas empresas de comunicação “podem ser vistas como clãs, feudos, oligarquias”, o que incluía os principais jornais do eixo Rio/São Paulo e as editoras de livros e revistas, como Bloch e Abril. Esta última, que editava a VEJA, pertencia à família Civita, controladora e principal responsável pelo perfil ideológico da revista e o de todas as demais publicações do grupo.

Nos anos seguintes ao golpe de 1964, houve um aumento da concentração midiática (Abreu, 2002; Gentili, 2008), até mesmo como reflexo das relações que os órgãos de comunicação desenvolveram com as elites políticas e com os militares. No Rio de Janeiro, por exemplo, de 22 jornais diários existentes na década de 1950, o número cairia para 16 na década seguinte e chegaria a 07 nos anos 1970.

Inúmeros jornais de importância local e mesmo nacional acabaram por desaparecer como o “Diário Carioca”, o “Correio da Manhã”, “O Jornal” e “O Diário de Notícias”. Ironicamente, todos eles haviam apoiado, em um primeiro momento, o golpe de 1964 e a ascensão dos militares ao poder. Também as revistas ilustradas semanais de circulação nacional - como “O Cruzeiro”, “Manchete” e “Fatos e Fotos” - começariam a sofrer uma séria erosão, como parte do processo que deslocou o eixo de produção de revistas do Rio de Janeiro para São Paulo.

Uma das primeiras empresas a perceber o potencial de São Paulo, o grande polo econômico do país, como novo eixo de produção editorial foi, justamente, a Editora Abril, que no bojo dessa mudança daria uma nova orientação às suas publicações. É nesse momento que ganha corpo a ideia de criar uma revista semanal de informação que fizesse a complementação do informativo diário televisivo, com resumo e análise interpretativa dos acontecimentos. Assim, em 1968, surgia a revista VEJA. Dois anos antes, a editora já havia criado a revista “Realidade”, com uma proposta inovadora e que, por isso, tangenciou diversos confrontos com os governos militares.

Além dessas, a Abril tinha um conjunto de publicações populares, como a revista “Capricho”, voltada para um público mais jovem, especialmente feminino, e de revistas especializadas, como “Quatro Rodas” e “Claudia”; esta última voltada para um público feminino

adulto, o que a levaria a formar o maior complexo editorial e gráfico da América Latina nos anos 1980.

A narrativa da constituição da Editora Abril está fortemente associada à imagem de sucesso pessoal e empresarial de Victor Civita. No entanto, segundo Rabelo (1966, p. 24), essa história seria um pouco diferente e a Abril teria surgido, na verdade, no bojo do interesse dos Estados Unidos em expandir sua influência na América Latina.

Dessa maneira, a editora constituir-se-ia no “maior grupo estrangeiro a operar no Brasil”. Seu livro, escrito em 1966, não dá conta do surgimento da revista VEJA no panorama das revistas de informação do país. No entanto, ele acentua alguns dos aspectos que envolveram o lançamento da “Realidade” e o rápido crescimento da Editora Abril; aspectos esses de fundamental importância para a compreensão dos elos entre a família Civita e os EUA e das bases do discurso liberal que definiria o perfil da VEJA.

Rabelo afirma que a criação da editora teria tido um investimento direto do grupo *Time-Life* - lembrando ainda que o próprio Civita era um ex-funcionário desta empresa -, dentro de uma estratégia mais ampla dos Estados Unidos de penetrar no mercado brasileiro, que incluía as publicações das revistas “Seleções” e “Visão”, esta última em sua versão nacional sob o comando de Henry Maksoud. Outra peculiaridade envolvendo a Editora foi o fato de que as publicações da Abril eram assinadas pelo seu sócio Gordiano Rossi, já que Victor Civita ainda não tinha adquirido cidadania brasileira e a legislação então vigente vedava a estrangeiros o controle de empresas de comunicação.

Roberto Civita, filho mais velho de Victor, havia formado-se em Economia e Jornalismo na Universidade de Pensilvânia e voltara ao Brasil para ajudar o pai na empresa da família. Tal qual o patriarca dos Civita, também atuara no grupo *Time-Life* como *trainee*, trazendo essa experiência para o Grupo Abril. Ao voltar, em 1958, ele assumiu a direção de publicidade da revista “Quatro Rodas”, ficando à frente, posteriormente, do processo de lançamento e direção da revista “Realidade”. Ao mesmo tempo, ele já trabalhava no projeto de uma revista semanal de informação, algo ainda novo no país.

O projeto dessa nova revista, conhecido por “Projeto Falcão”, foi elaborado por Raymond Cohen e levou quase um ano para ser efetivado. Uma das preocupações foi com o corpo de profissionais a ser selecionado. O jornalista italiano Mino Carta foi convidado para ser o diretor de redação. Seu irmão, Luis Carta, havia sido diretor editorial da Abril e tinha indicado Mino para dirigir a “Quatro Rodas”, função que exerceu de 1960 a 1964, quando foi para o grupo “Estado”.

Em janeiro de 1968, Mino Carta voltou para a editora para participar do lançamento da nova revista.

Há um conflito de memórias em relação ao aceite de Mino Carta para participar da nova empreitada de seus antigos patrões. Segundo o próprio Carta, seu aceite estava condicionado à garantia de que teria autonomia absoluta na direção editorial da revista e que, assim, qualquer objeção apresentada pelos donos da editora somente seria debatida após estar nas bancas. No entanto, segundo Roberto Civita, a situação era outra. Mino Carta teria independência para fazer a revista, mas não para determinar sua linha editorial, que seria aquela definida pela Editora Abril e por seus proprietários. Em entrevista a Almeida (2009), Civita afirmava o que segue:

Eu não vejo nenhuma revista dessa casa, muito menos *VEJA*, como sendo independente de mim. Não faz sentido. Não é por ser dono, é por me considerar editor. Obviamente, cabe ao diretor de redação, hoje inclusive, fazer a revista no dia-a-dia. [...] Portanto, nesse sentido, o diretor de redação tem autonomia. Mas temos de concordar sobre as grandes linhas. Se não concordarmos, não tem jogo. **Você não pode ter a editora achando que a livre iniciativa é a solução para o País e ter uma redação que acredita que o ideal é acabar com o lucro ou a iniciativa privada.** Isso tem de estar alinhado. Então, Mino tem razão quando diz que tinha independência. Mas não tinha autonomia. Dentro das linhas estabelecidas por mim e por meu pai, sim (Almeida, 2009, p. 26, grifo dos autores).

Até seu lançamento, foram produzidos 13 números zeros da revista e o título, objeto de controvérsias entre Mino Carta, Roberto Civita e seu pai, Victor Civita, foi registrado como *VEJA* acompanhada da palavra “Leia”, escrita em um tipo bem pequeno. A decisão das duas palavras juntas ocorreu, na verdade, por uma questão judicial, já que o título pretendido – somente *VEJA* – não poderia ser registrado (Souza, 1988).

Foram realizadas duas festas de lançamento da revista, precedidas por uma das maiores campanhas publicitárias da imprensa do país. A primeira delas, em 7 de setembro de 1968, na sede da Abril, em que foram convidados autoridades, personalidades e donos das grandes agências de publicidade do eixo Rio-São Paulo, que levaram para suas casas o primeiro exemplar da revista e sua “certidão de nascimento”. O segundo lançamento foi feito no dia seguinte, em uma casa de espetáculos, com cerca de 600 convidados.

Na campanha publicitária de lançamento, foram utilizados os espaços das emissoras de televisão, com transmissão das imagens da produção da revista e do trabalho de seus repórteres e diversos depoimentos de personalidades do país, mostrando a importância da leitura e da informação, cerne da proposta da revista. A propaganda difundida era de que o novo veículo trazia as informações mais recentes e não poderiam ser deixadas de lado pelo público, além de se caracterizar como importante elemento de integração nacional e mesmo do Brasil com o mundo.

O único problema da campanha era que a VEJA era apresentada mais como uma revista semanal ilustrada e não de informação. Diferentemente da ilustrada, que tem seu peso nas imagens, como o próprio nome diz, a proposta da revista era o texto, a informação, o que era algo efetivamente novo na imprensa nacional.

Apesar da censura à imprensa e das conseqüentes recomendações quanto aos termos que poderiam ser utilizados em suas matérias, mesmo em sua fase inicial - que coincidiu com os anos mais duros do regime ditatorial -, a VEJA trazia informações e posicionamentos que transpareciam a tese de que a volta à normalidade democrática era essencial. No entanto, fazia-se a ressalva de que eram necessários o controle e a contenção das forças de esquerda, qualificadas em suas páginas como “terroristas”, em um discurso semelhante ao oficial.

Essa posição conciliatória com a ditadura não se explica somente pela censura, mas também pelo fato de que muitas fontes da revista vinham do próprio grupo que estava no poder. Adotando a perspectiva apontada por Wolfsfeld (2011) e por Hallin (1989), da simbiose entre jornalistas e líderes políticos, em que o uso de fontes oficiais se torna conveniente para os jornalistas, a revista apresentava, muitas vezes, uma perspectiva próxima à do regime.

No período que corresponde ao chamado processo de redemocratização, também não são encontradas críticas substanciais à ditadura, com a revista assumindo a defesa de um grande acordo para uma transição moderada. Permaneciam as críticas aos aspectos econômicos do regime, ao quadro de crise e ao aumento da inflação e do desemprego, questões caras ao pensamento liberal. Mas, a democracia apregoada pela revista estava longe de ser aquela que abriria espaço para as demandas dos movimentos sociais, que começavam a se rearticular no país.

No editorial de comemoração dos dez anos do lançamento da revista, escrito por Victor Civita, em 1978, reafirmavam-se os princípios nos quais se fundara a publicação, ficando evidente o projeto de democracia defendido pelo veículo e por seus proprietários:

Pois o décimo aniversário da *VEJA* coincide com um momento importante na vida do país, quando a abertura política propicia uma metamorfose não apenas no regime mas também nas próprias relações entre os diversos setores da sociedade brasileira. [...] De fato, ao completarmos dez anos, o governo do Presidente Ernesto Geisel – cuja estratégia de aperfeiçoamento democrático jamais deixamos de apoiar – se preparar para extinguir esta *célula mater* do arbítrio que é o AI-5. [...] É também por isso que julgamos oportuno registrar, aqui e agora, os princípios básicos que nos vêm guinando desde a criação da Editora Abril, em 1950, e o nascimento da *VEJA*, em 1968.

[...]

Para começar, queremos afirmar que nos consideramos liberais. [...] **E ser liberal, para nós, é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução, a manutenção da liberdade e da iniciativa individuais como pedra angular do funcionamento da sociedade.** [...]

Mas não admitimos a entrada do Estado em setores nos quais a livre iniciativa pode desincumbir-se sozinha, suprindo-se, quando necessário, num mercado de capitais aberto, amplo e vigoroso.

Consideramos o capital estrangeiro um fator positivo para o progresso do país e cremos que, em seu atual estágio de desenvolvimento, o Brasil necessita de mais, não menos, investimentos vindos do exterior”. [...]

**Também nos opomos com firmeza ao tratamento emocional – ou demagógico – da questão social. [...] Por isso nos opomos às greves gerais ou de solidariedade, de inevitáveis prejuízos à nação. [...]**

Neste momento crucial dos destinos nacionais, não hesitamos em afirmar que a caminhada para democracia tem, como condição vital para seu êxito, a manutenção da ordem pública. E justamente por considerar inseparáveis a ordem e a liberdade é que estaremos permanentemente contra a agitação, o desrespeito à propriedade pública e privada, e à baderna (grifos nossos). (Revista Veja. Edição 523, de 13 de setembro de 1978, p. 18-19, grifo dos autores)

Estas posições vinham sendo reafirmadas desde o início do processo de transição levado a cabo por Geisel e Golbery. Esse processo possibilitou que diferentes grupos de interesse se apresentassem de maneira mais definida, levando suas demandas para além do círculo fechado do poder. Nessa luta por afirmação pública, estes grupos encontraram um espaço privilegiado na revista VEJA.

Nesse contexto, um dos episódios que mais evidenciaram a existência de posições distintas entre diferentes setores das elites nacionais e que obteve grande repercussão nos principais veículos de comunicação do país foi o reconhecimento da independência de Angola sob a liderança do MPLA, em novembro de 1975. Essa ação ousada da diplomacia brasileira viria a ter importantes reflexos nas relações do Brasil com o continente africano nos anos seguintes e mesmo com os países produtores de petróleo do Oriente Médio.

### **3. O “Pragmatismo Ecumênico e Responsável” do governo Geisel e a questão angolana**

No início da década de 1960, o Brasil procurou redefinir a forma como se dava sua inserção no mundo, afastando-se paulatinamente da tradicional política de alinhamento com os Estados Unidos, marca de sua política externa desde o início da república, e elegendo a busca pela autonomia e pelo desenvolvimento econômico como elementos centrais de uma nova orientação para suas relações exteriores.

Esta nova orientação é considerada, pela literatura especializada, como um divisor de águas no campo da formulação da política externa e da atuação diplomática nacional e ficaria conhecida como “Política Externa Independente” (PEI) (Barreto, 2001; Vizentini, 1995, 2017).

Intimamente associada com o ideário do desenvolvimentismo, cujas procedências remetem ao Estado Novo (1938-1945), ao segundo período presidencial de Getúlio Vargas (1951-1954) e ao governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), a PEI - que se estenderia pelo curto governo de Jânio Quadros (1961) e pelo de seu sucessor, João Goulart (1961-1964) - teve como seus principais

pilares, de um lado, a afirmação da autodeterminação dos povos e da não intervenção como princípios de organização do sistema de Estados e, de outro lado, a intenção de defender um grau de autonomia para o Brasil em suas relações diplomático-comerciais, a fim de buscar as parcerias necessárias para um desenvolvimento econômico e social que não ficasse atrelado ao ritmo das economias avançadas.

Essa nova concepção, de matriz autonomista e nacionalista, inaugurou um novo paradigma que deixou marcas profundamente arraigadas na política externa brasileira, o chamado “globalismo”, e que se articula como uma alternativa ao paradigma americanista até então vigente.

Como assinala Pinheiro (2004, p. 34), o paradigma globalista ou universalista “contrapunha à tese de que a maior aproximação de Washington elevaria os recursos de poder do Brasil, aquela que elegia a diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para o aumento de seu poder de barganha do mundo, inclusive junto aos Estados Unidos”.

Deixados de lado nos primeiros anos após o golpe civil-militar de 1964, os pressupostos da PEI não foram eliminados no Itamaraty. Apesar do redirecionamento do governo Castelo Branco (1964-1967), o primeiro do período ditatorial, para o chamado “alinhamento automático” com os Estados Unidos, a postura autonomista sobreviveu sendo reativada, gradualmente, já a partir do governo Costa e Silva (1967-1969), ganhando impulso na primeira metade da década de 1970, diante da crise mundial que impactou o Brasil e definiu o final do “Milagre Econômico” do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Com Antônio Francisco de Azeredo da Silveira na chancelaria do governo do General Ernesto Geisel, as bases e os princípios da PEI foram redimensionados originando o chamado “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”, um dos momentos de maior protagonismo e ativismo externo da história republicana, quando “as ambições internacionais do Brasil cresceram mais que em qualquer período anterior” (Spektor, 2009, p. 63).

Nesse período, o governo brasileiro buscou ampliar e diversificar suas parcerias estratégico-diplomáticas, contrariando, por vezes, os EUA, como no caso do acordo nuclear celebrado com a Alemanha Ocidental, em 1974. Esse período também representou o auge da “política africana” do Brasil, formulada e articulada durante os anos da PEI, por meio da qual o país assumia uma clara postura anticolonialista e buscava ampliar as relações políticas e econômicas com o continente africano.

Neste quadro, o reconhecimento da independência de Angola foi de extrema importância para o fortalecimento da posição internacional do Brasil, como afirma Sombra Saraiva (1996), particularmente junto aos países do então chamado Terceiro Mundo, com o crescimento não apenas

das transações mercantis com os países africanos, mas também com os países árabes, que davam apoio aos movimentos de libertação das colônias e que ganharam força política e econômica com a alta internacional do petróleo.

O primeiro aspecto a ser considerado na decisão brasileira é o fato de, em 24 de novembro de 1973, o Brasil ter sido ameaçado com o embargo do petróleo por conta de suas posições na África Austral, visto que, historicamente, com exceção do curto período da PEI, o país se alinhava, em maior ou menor grau, com os interesses do colonialismo português.

O segundo ponto tem relação com a votação nas Nações Unidas do contencioso Brasil-Argentina, envolvendo os projetos de construção das usinas de Itaipu e *Corpus Christi* e a exploração dos recursos hídricos da bacia platina, em que se desejava contar com o apoio da África Negra. Finalmente, além da já citada necessidade de diversificação de parcerias, há que se considerar o momento difícil vivenciado pelas relações Brasil - Estados Unidos devido, principalmente, ao projeto nuclear brasileiro, que acabaria por se desdobrar no Acordo Nuclear Brasil-Alemanha Ocidental, assinado em junho de 1975, sob forte oposição dos EUA.

Assim, aproveitando-se de um declínio relativo dos EUA e da tendência de multipolarização do sistema internacional, o governo Geisel se distancia da potência hegemônica e aprofunda o viés autonomista e desenvolvimentista então implementado no âmbito da política externa brasileira:

A ação internacional do governo Geisel pautou-se por objetivos claros: perseguir os elementos necessários para a consecução do projeto de desenvolvimento, então esboçado nas linhas do II Plano Nacional de Desenvolvimento. As limitações impostas pela conjuntura do início dos anos 1970 forçaram, todavia, a revisão da agenda de relações bilaterais do país. Geisel cuida de levar às últimas consequências o processo que se desenvolve no âmbito das relações exteriores desde 1967. Contudo, ao perceber a natureza conflitiva das relações com os EUA, conclui que os objetivos nacionais teriam que ser perseguidos mediante a consecução de uma estratégia de diversificação dos vínculos externos do país. Aproveitando a conjunção de fatores favoráveis que então se apresenta no plano doméstico – coesão dos segmentos sociais em torno das linhas da ação externa adotadas, dentre outros – e no plano externo – uma certa identidade de interesses que se estabelece com alguns países da Europa Ocidental – lança as bases para nova diversificação dos vínculos externos do Brasil. (Lessa, 1995, p.24)

O reconhecimento do governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em detrimento das outras facções políticas que disputavam o poder na ex-colônia (Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA e União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA), foi mais um desafio à política dos Estados Unidos para a África Austral, mesmo tendo havido contatos prévios entre Azeredo da Silveira e Henry Kissinger, para saber a posição estadunidense sobre a questão. Mas, já no início de novembro, antes, portanto, da declaração oficial de independência ser feita, em 11 de novembro de 1975, a posição brasileira favorável ao MPLA já

estava decidida, a partir de informações enviadas pelo Embaixador Ovídio Melo, que estava em Angola acompanhando todo processo:

A decisão final foi tomada pelo presidente Geisel em 3 de novembro [...] Geisel e [Azeredo da] Silveira compreenderam que sua política era contrária às metas dos Estados Unidos em Angola e eram um desafio às esperanças que os Estados Unidos tinham de cooperação para vencer o MPLA. Embora não esteja claro se as autoridades brasileiras estavam cientes do apoio dos Estados Unidos à África do Sul, elas sabiam que os norte-americanos estavam apoiando a FNLA por intermédio do Zaire (Dávila, 2011, p. 249).

Internamente, esta aproximação com o MPLA também era um processo delicado, tornando-se alvo de discussão dentro do Itamaraty e entre as forças da chamada “linha-dura” militar, majoritárias no Conselho de Segurança Nacional, que viam essa postura como um ataque frontal ao ideário anticomunista do regime instalado em 1964. O ministro do Exército, general Sylvio Frota – que depois seria figura central em uma abortada tentativa de golpe contra o presidente, em 1977 -, foi um dos que se colocaram frontalmente em oposição à decisão de Geisel e de Azeredo da Silveira, como ressalta em suas memórias, ao comentar a pretensa repercussão negativa que a questão angolana teve junto às Forças Armadas (Frota, 2006, p. 190).

Estas críticas também estavam presentes em outros setores – notadamente empresariais - que tinham interesses próximos aos estadunidenses, para quem a postura da diplomacia brasileira com o ato do reconhecimento criaria problemas de ordem diversa. No entanto, ao final, prevaleceria a posição majoritária no Itamaraty, configurando vitória da diplomacia autonomista e pragmática do Ministério das Relações Exteriores sobre a “política externa ideologizada, tão desejada por setores mais conservadores do espectro político do regime militar” (Saraiva, 1996, p.178).

#### 4. A independência de Angola nas páginas da VEJA

A revista VEJA, apesar de seu apoio às políticas estadunidenses, rejeitando a intervenção estatal na economia e pregando a livre iniciativa como o projeto mais adequado para o novo país democrático que despontava, apontava para um alinhamento ao posicionamento interno político dos militares, especialmente no que tange ao controle dos conflitos sociais contrários ao projeto de redemocratização pelo alto e pela defesa da proeminência do Brasil no cenário internacional, dentro da linha liberal-nacionalista.

Apesar de reconhecer a importância desse protagonismo brasileiro no quadro dos países em desenvolvimento, a revista foi, contudo, extremamente crítica no que se referia à estreita aproximação diplomática com o chamado “Bloco do Terceiro Mundo”, principalmente, no quadro das relações com a África e com o Oriente Médio.

No período abordado neste artigo – correspondente aos governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) -, foram publicadas 572 edições da revista (de março de 1974 a março de 1985). Destas, em 122 aparecem matérias sobre a África e a política africana do Brasil, distribuídas entre as várias seções do semanário, com 24 tratando especificamente da questão angolana, constituindo-se, essas últimas, nas principais fontes da pesquisa que culminou neste artigo.

A análise desse material tomou como referencial os pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD) ou Estudos Críticos do Discurso (ECD), conceituados, entre outros, por Fairclough (2001) e Van Dijk (2012), pois, por meio deles é possível perceber, em momentos de disputas (como os períodos de transição política), o reflexo dos confrontos entre diferentes atores políticos nos enunciados construídos pelas personagens que participam da produção da notícia: os jornalistas, os donos dos veículos e as fontes.

Assim, verifica-se que, durante o governo Ernesto Geisel, a VEJA centrava seus ataques, principalmente, na figura do chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira e às suas decisões que confrontavam o alinhamento tradicional da diplomacia brasileira com a potência hegemônica, apesar do chanceler ser muito próximo do Secretário de Estado Henry Kissinger.

Nesse sentido, é importante recuperar as relações conflituosas entre o Itamaraty e alguns outros atores governamentais, já que as ações da política externa envolviam, além do próprio MRE, ministérios, como os do Planejamento, da Indústria e Comércio e de Minas e Energia e, também, com atores não estatais, como o empresariado nacional e seus múltiplos interesses, nos planos doméstico e externo. Outro dos principais alvos das críticas da revista era o embaixador Ovídio de Andrade Melo, representante do MRE em Angola e um dos principais articuladores do reconhecimento da independência de Angola pelo governo brasileiro.

Demarcando os conflitos com a política delineada pelo Itamaraty, mas mantendo essas controvérsias nos limites em que não atingiam o regime militar como um todo, a VEJA publicou, já sem a censura, um balanço dos anos do governo Geisel. Nesse balanço, ela ressalta a “ousadia” do governante no campo da política exterior, destacando dois pontos: a coragem em inovar e a postura presidencial de dirigente centralizador das decisões, sendo este último objeto de muitos conflitos entre o governo Geisel e as elites empresariais que buscavam ampliar o seu papel nas escolhas e nas decisões políticas e econômicas do governo brasileiro.

Com o próprio título demarcando essa ênfase - “A coragem de ousar” -, o artigo afirma que o presidente “comandou em todas as frentes a controvertida diplomacia do pragmatismo”, ou seja, reforçava a personalidade autoritária e, ao mesmo tempo, firme de Geisel, ressaltando ainda que

[s]e não fosse presidente, o general Ernesto Geisel provavelmente não recusaria ser ministro das Relações Exteriores. E, na verdade, ele não esteve longe disso. Pois, desde Getúlio Vargas nos primeiros anos da década de 40, nenhum outro chefe de Governo no Brasil, sobretudo depois de 1964, marcou de modo tão pessoal a direção da política externa do país – e, raras vezes como nos últimos cinco anos, essa política inovou tanto e tantas controvérsias produziu. Da mais criticada de suas decisões (o reconhecimento do governo comunista de Agostinho Neto em Angola em novembro de 1975) à mais espetacular delas (a denúncia do acordo militar com os Estados Unidos em março de 1977), o presidente e seu chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira agiram como se fossem uma pessoa só – outra raridade, que faz lembrar Getúlio Vargas e seu chanceler Oswaldo Aranha. Não há hoje no Itamaraty, quem não reconheça que apenas um presidente com a determinação e a autoridade de Geisel poderia levar adiante um tipo de diplomacia – o “pragmatismo responsável”, como a batizou Silveira [...]. Da mesma forma, afirma-se no Itamaraty, que só um presidente como Geisel teria condições de resistir às enxurradas de protestos contra a permanência de Silveira no ministério depois do caso angolano e do voto anti-sionista na ONU, também em fins de 1975. (Revista Veja. Edição 549, de 14 de setembro de 1979, p. 57-60)

No governo do General João Batista de Figueiredo, em 1980, e com Ramiro Saraiva Guerreiro à frente do MRE, a revista voltava a se posicionar contrariamente à política externa pragmática e universalista, externando o conflito que havia entre o governo e setores das elites econômicas do país, no que se refere à aproximação com o Terceiro Mundo e identificando o chanceler Azeredo da Silveira como o “responsável” pelas formulações dessa política.

Para a VEJA, na matéria intitulada “Princípios à parte. No corpo-a-corpo mundial, o Brasil dá seus lances ao preço de antigos alinhamentos”, na qual se criticava a posição do país diante da invasão da embaixada dos EUA em Teerã, o Pragmatismo Responsável passava ao largo da coerência ideológica e da tradição diplomática do país, e seria a manifestação de um quadro de “incerteza política”:

Que política externa é essa? É a política de hoje. A era da diplomacia de contrastes fortes, onde aliados e adversários eram coisas distintas e as posições dos países eram tomadas dentro de uma coerência geral, ficou definitivamente para trás. [...] O brasilianista americano Stanley Hilton vê [na barganha que Vargas fez durante a Segunda Guerra] um antecedente inequívoco da política externa que a partir de 1974 o Brasil seguiria massivamente sob o nome de “pragmatismo responsável”. Uma diplomacia sinuosa, oportunista, contraditória, mas incapaz sequer de provocar embaraço a seus formuladores e executores. Não há motivos para vexame quando todos em redor se comportam pelos mesmos padrões – adaptado às circunstâncias tropicais do Brasil, “pragmatismo responsável” nada mais é que o equivalente caboclo da détente americano-soviética, das reaproximações sino-americano e sinojaponesa, ou da *östpoltik* da Alemanha Ocidental. A crise do petróleo instalada a partir de 1973 acabou por derrubar de vez as aparências que ainda se procurava manter. Começou a era diplomática do salve-se quem puder universal. No Brasil, ela recebeu o nome de “pragmatismo”, a quem seu idealizador, o então chanceler Antônio Azeredo da Silveira, acrescentou o adjetivo “responsável”, para amenizar o odor de oportunismo que espalhava. (Revista Veja. Edição 593, de 16 de janeiro de 1980, p. 22-27)

Segundo a revista, os resultados dessa política seriam tão inexpressivos, que a própria receptividade dos representantes africanos e de outros países do Terceiro Mundo ao discurso de abertura da XXXI

Assembleia Geral da ONU, em 1976, proferido por Azeredo da Silveira, daria a dimensão da sua superficialidade:

Uma pequena fila de delegados de países subdesenvolvidos, na maioria latino-americanos, chegou a se formar para os cumprimentos de praxe ao chanceler brasileiro Antônio Azeredo da Silveira, ao final de seu discurso [...]. Os africanos não se levantaram, apenas acompanharam os aplausos em homenagem ao representante do Brasil, país com a honra do primeiro discurso nas reuniões anuais da ONU desde sua fundação, em 1948. Mas, ao contrário do ano passado, quando recebeu entusiasmados elogios, Silveira fez, desta vez, um pronunciamento mais genérico, com sugestões para mudar a atual estrutura econômica mundial, desinteressante para os países em desenvolvimento. [...] Mantendo seus contatos nesse tom amistoso comercial, Silveira pode ignorar a insatisfação de alguns países do Terceiro Mundo com o conteúdo do seu discurso. A representação da Argélia, por exemplo, embora concordando com o ponto de vista econômico do Brasil, lamentou a falta de tomada de posições em “questões candentes como a África do Sul, Oriente Médio e ingresso de Angola na ONU”. (Revista Veja. Edição 422, de 6 de outubro de 1976, p. 105)

Sem dúvida, a África foi uma área de grande interesse econômico e estratégico para a política exterior do Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Em sua busca por um desenvolvimento mais autônomo e de outras possibilidades para seu comércio exterior, o continente africano se apresentava como uma excelente alternativa. No campo estratégico, a percepção dos formuladores da política exterior no período inicial do regime militar, que acentuava a vulnerabilidade da África às influências comunistas e, portanto, à segurança ocidental, permeou, também, essas relações entre as duas regiões.

No processo de lutas de libertação do jugo português, diante da inexorável independência da colônia portuguesa, consumada pelo Acordo de Alvor, o governo Geisel providenciou o imediato estabelecimento da Representação Especial em Luanda, em janeiro de 1975, tendo à frente o embaixador Ovídio de Andrade Melo, que saiu de Londres para assumir a o posto. Com essa atitude, o governo brasileiro rompia com o posicionamento tradicional dos governos militares de aliança com Portugal na questão africana e ampliava o diálogo com as novas nações daquele continente. Foi por meio do embaixador Ovídio que o Brasil manteve interlocução com as três forças que disputavam a hegemonia política em Angola.

Antes de se fixar no país, Ovídio de Andrade Melo, conhecido no meio diplomático por suas posições mais à esquerda, encontrou os três líderes das facções que lutavam pelo poder em Angola, Holden Roberto (FNLA), Agostinho Neto (MPLA) e Jonas Savimbi (UNITA), esperando contar com a concordância dos três para a abertura do Escritório de Representação brasileiro. Em agosto, o embaixador expediu o telegrama em que apontava a necessidade de reconhecer o MPLA como a força política legítima para liderar o governo do país, quando chegasse a data prevista para a independência, nos termos do Acordo de Alvor.

Naquele momento, o diálogo do embaixador Andrade Melo com as principais lideranças políticas angolanas não foi considerado relevante pela VEJA, sendo completamente ignorado. Isso se deu tanto pela pouca importância dada pela revista, à época, ao embaixador, quanto pelo interesse da revista em destacar as posições de Ítalo Zappa, chefe do Departamento de África, Ásia e Oceania do MRE, fazendo um contraponto entre ele e o chanceler Azeredo da Silveira.

A revista publicou, um mês antes da assinatura do Acordo de Alvor (Edição 328, de 18 de dezembro de 1974), uma reportagem sobre a visita de Silveira e Zappa ao continente africano, destacando que este último teria encontrado-se com os líderes dos movimentos de independência de Angola.

No texto, Ítalo Zappa era apresentado como o responsável por “criar uma via de acesso a essa realidade política emergente”. Assim, apesar do contundente discurso de Azeredo da Silveira sobre o direito à autodeterminação dos povos, feito no Senegal, a articulação da política brasileira para o novo Estado que se constituía era definida como um projeto de Zappa. Alguns meses depois, no entanto, o embaixador Ovídio de Melo passaria a ser alvo de críticas bastante agudas por parte da revista.

A revista VEJA publicou o maior número de reportagens sobre o processo de independência angolano, entre os meses finais de 1975 e os iniciais de 1976. Sem explicitar diretamente sua posição, a revista reproduzia trechos de artigos publicados em jornais da grande imprensa com críticas sobre a forma do reconhecimento da independência angola pelo Brasil. Ao mesmo tempo, ela destacava matérias da imprensa internacional que ressaltavam a “posição marxista” do movimento comandado por Agostinho Neto e, principalmente, a presença de cubanos e soviéticos em Angola, em apoio ao governo do MPLA:

A segunda-feira da semana passada, 10 de novembro, bem que poderá ser comemorada no futuro como o Dia do Pragmatismo Responsável, se a história ainda por ser escrita das relações internacionais der razão ao patrono da nova política externa brasileira, chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Pois, nesse dia – e antes mesmo que os países do bloco socialista o fizessem –, o Brasil reconheceu a independência angolana e, implicitamente, a hegemonia do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) na antiga colônia portuguesa (VEJA a reportagem na página 30). [...] As duas decisões [o voto condenando o sionismo na ONU] exigiram dos diplomatas brasileiros, nos dias seguintes, pacientes, pomenorizadas, defensivas explicações, além de uma cultivada indiferença pelas reações desfavoráveis que ambas suscitarão. O Estado de S.Paulo classificou como ‘irresponsável’ o pragmatismo de Azeredo da Silveira [...]. Para os diplomatas, explicar o instantâneo reconhecimento de Angola seria, comparativamente, a tarefa menos difícil. “A decisão nada mais foi que o prosseguimento da política iniciada em fevereiro último, quando o Brasil designou uma representação especial junto ao governo de transição instalado em Luanda antes da independência definitiva”, assegura um alto funcionário do Itamaraty. A argumentação não é desprovida de lógica: proclamada a República Popular de Angola, na terça-feira passada, deixaria de existir automaticamente aquela representação transitória. Nesse momento, não reconhecer o governo do MPLA

significaria não apenas romper formalmente com o Movimento, como também suprimir o único vínculo diplomático existente entre os dois países. Essa ruptura seria, no entender das fontes da chancelaria ouvidas pela *VEJA*, um duro golpe para a política africana traçada pelo presidente Ernesto Geisel. “Onde Portugal errou, nós acertamos”, comentou, eufórico, o diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Cândido Mendes, do Rio, José Maria Nunes Pereira da Conceição [...]. No Itamaraty, ninguém vê motivos para duvidar dessa previsão. (Revista Veja. Edição 376, de 19 novembro de 1975, p. 24)

Em várias edições, mesmo após o término do governo Geisel e a saída de Azeredo da Silveira do MRE, a revista trazia artigos questionando o reconhecimento brasileiro “quase que imediato” do governo de Agostinho Neto. Segundo a revista, por conta dessa posição, a própria permanência de Azeredo da Silveira à frente do Itamaraty estivera em xeque:

[...] especulava-se, também, sobre a continuidade da linha adotada pelo Itamaraty em relação a Angola e até mesmo sobre a permanência de Azeredo da Silveira no Ministério Geisel. Diplomatas ouvidos por *VEJA*, de fato, admitiam que o ‘pragmatismo responsável’ de Silveira não vem obtendo o apoio unânime de todos os círculos de decisão. O chanceler, informavam, teria sido alvo de críticas pelo estabelecimento de relações com a República Popular da China. Com maior intensidade ainda, houve reservas quanto ao voto anti-sionista na ONU – que coincidiu com o reconhecimento do governo de Agostinho Neto em Angola. E, nas últimas semanas, o envolvimento cada vez mais ostensivo de soviéticos e cubanos ao lado do MPLA teria aumentado as preocupações com a adequação da diplomacia africana do Brasil – tema que vem sensibilizando especialmente áreas voltadas para as questões da segurança. (Revista Veja. Edição 382, de 31 de dezembro de 1975, p. 23)

Segundo o próprio Ovídio de Melo (2000), um dos principais resultados dessa ousada ação da diplomacia brasileira foi que, tão logo o governo Geisel reconheceu o MPLA como legítimo representante do povo angolano, abriram-se portas para negociações com os países produtores de petróleo, aliviando as pressões da crise que vinha ocorrendo desde 1973. Contudo, essas relações não aconteceram sem conflitos, permanecendo, ainda, a desconfiança de muitos países africanos sobre o real posicionamento brasileiro em relação aos problemas políticos daquele continente.

A própria demora no estabelecimento oficial de uma embaixada em Luanda acabaria por se refletir nas relações que se pretendia estabelecer com Moçambique, culminando no tumultuado processo que levou ao afastamento de Ovídio de Melo do país, com a designação de Affonso Celso de Ouro Preto como o novo Encarregado de Negócios em Angola. Silveira teria dito a Ovídio de Melo que “a pressão está terrível”. Essa pressão seria não apenas aquela exercida pelos militares da chamada linha-dura, mas também a proveniente de outros setores, dentre os quais a imprensa internacional e brasileira (Melo, 2009).

Tirando o peso da decisão do presidente Geisel e colocando-a sob a responsabilidade individual do embaixador Ovídio de Melo e do chanceler Azeredo da Silveira, a revista *VEJA* questionava o que segue:

Por que foi substituído o encarregado de negócios do Brasil em Angola, ministro Ovídio de Andrade Melo? Na terça-feira da semana passada, o jornal O Estado de S.Paulo afirmava que a decisão fora tomada pelo presidente Ernesto Geisel, que teria manifestado “grande desagrado” pela atuação do diplomata após examinar os informes por ele remetidos ao Itamaraty. Com base em seus relatórios é que o governo brasileiro teria decidido reconhecer, há dois meses, o governo do Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), que detém o controle de dois terços do território da antiga colônia portuguesa e recebe assistência militar da União Soviética e de Cuba. A notícia provocou perplexidade no Itamaraty. Diplomatas que haviam lido alguns despachos de Andrade Mello os classificaram de “corretos” e “imparciais”. As primeiras reações oficiais foram neutras: “O Ministério nada tem a comentar sobre o assunto”, dizia [...] o porta-voz do Itamaraty. No fim da tarde, porém, o chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira reuniu-se com os principais auxiliares, entre eles o ministro Ítalo Zappa, chefe do Departamento de Ásia, África e Oceania. Decidiu-se, então, redigir uma nota sobre o assunto e submetê-la à aprovação da Presidência da República antes de divulgá-la. (Reivsta Veja. Edição 382, 31 de dezembro de 1975, p. 23)

Em outra matéria intitulada “ANGOLA. A independência dos inimigos”, a revista voltaria a questionar o posicionamento brasileiro, afirmando que a independência angolana teria sido feita sem a presença popular, questionando a legitimidade da liderança do MPLA. Nesta mesma edição, outra decisão de política externa do governo Geisel seria questionada pela revista, por ir de encontro aos interesses dos Estados Unidos: no artigo “Nações Unidas. O vendaval anti-sionista”, criticava-se o posicionamento brasileiro que, alinhado aos países árabes e ao restante do Terceiro Mundo, havia votado em favor da resolução 3379 da Assembleia Geral da ONU, que considerava o sionismo uma forma de racismo. Segundo a VEJA, o voto brasileiro teria ido no sentido oposto aos das “nações ocidentais”.

Na capa da edição 376, publicada logo após o reconhecimento da independência de Angola, veio estampada a figura de Chico Anísio com a legenda “Proezas do Mèdium Chico Anísio”. No interior da revista, o Chanceler Azeredo da Silveira era descrito como alguém que já havia dado “saltos acrobáticos” e que fazia “mágica” para enquadrar os princípios do Pragmatismo aos interesses nacionais. Segundo a VEJA, a ideia de “futuro”, de adivinhação, permearia as atitudes do chanceler e, desta forma, Azeredo parecia estar representado na figura que ilustrava a capa: a do comediante que adivinhava o futuro.

Apesar da independência da antiga colônia portuguesa ter sido o tema central daquela edição, o assunto foi anunciado apenas por uma tarja preta no alto da capa, cuja chamada já indicava a interpretação de que o processo havia sido dado de forma conflituosa. O posicionamento da diplomacia brasileira ficou restrito aos comentários da seção “Diplomacia”, enquanto as demais reportagens davam ênfase aos conflitos e às tensões existentes em Angola.

Após o reconhecimento da independência angolana pelo Brasil, a revista assumiu uma bastante crítica em relação à política externa do governo Geisel, somente voltando a publicar

reportagens mais positivas sobre a política exterior brasileira, principalmente sobre a política africana, na gestão de Saraiva Guerreiro.

De maneira mais geral, as reportagens acompanhavam o movimento da diplomacia estadunidense, centrando as críticas no que seria o alinhamento do novo país africano com o comunismo, frisando a presença dos cubanos na região, principal argumento utilizado pelos opositores da posição brasileira em relação a Angola.

Assim, a partir da análise das matérias publicadas pela revista sobre a independência da antiga colônia portuguesa e sobre o posicionamento brasileiro diante desse processo, percebe-se com clareza a postura crítica em relação à pretensa incoerência de um regime que se propunha a combater ideologias “estranhas” ao mundo ocidental, mas que, naquele momento, assumia posicionamentos que iam de encontro a essa lógica, estabelecendo parcerias para além das fronteiras ideológicas dos anos da Guerra Fria.

### **Considerações Finais**

Durante o governo Geisel e em meio ao processo de distensão política, o aumento gradual da liberdade de imprensa, a emergência de novas forças políticas e o controle da transição pelo regime contribuíram para que as questões da política externa se tornassem mais um elemento polarizador. Nesse contexto, a VEJA atuou como um ator político, membro de uma elite que detinha e utilizava recursos simbólicos como instrumento de poder, em defesa de interesses nem sempre coadunados com os do governo. A revista partilhava valores com setores das elites e se inseriu nas disputas sobre o projeto de país que se pretendia implementar após o fim da ditadura.

A visão da revista sobre política externa estava diretamente relacionada aos interesses dos grupos que apoiavam a desestatização econômica e, conseqüentemente, aos impactos de eventuais decisões governamentais que fossem contrárias a esses interesses. Assim, os termos “terroristas” ou “comunismo angolano”, que apareciam com frequência nas reportagens que tratavam do processo de independência e de consolidação do poder do MPLA, questionavam aquilo que compreendiam como o alinhamento terceiro-mundista do governo e como a quebra do modelo de democracia liberal, alinhada ao mundo ocidental, defendido por essas elites.

Nesse sentido, o fato de um governo militar que assumiu o poder com a retórica de combater o comunismo ter reconhecido o novo país antes que qualquer outro país ocidental o fizesse, era motivo de preocupação. Ao se confrontar o conteúdo sobre Angola publicado na revista com o posicionamento doméstico do empresariado em defesa do projeto liberal e contrário ao crescente

intervencionismo estatal do governo Geisel e, também, com o projeto de democracia defendido pela própria VEJA, percebe-se que há uma relação consistente entre os posicionamentos.

Ainda que a censura tenha sido uma variável importante para definir o funcionamento da imprensa nos anos da ditadura, é inegável que alguns espaços de questionamento, mesmo que limitados, permaneceram. No campo da política externa, os consensos e os dissensos que ocorriam nos debates públicos, nas brechas permitidas pelo regime, refletiam as clivagens existentes nas elites políticas e econômicas em torno do projeto de desenvolvimento a ser implementado no país, com duas correntes se manifestando com maior expressividade: a que defendia a manutenção das relações tradicionais com os Estados Unidos, articuladas em torno de um projeto liberal, e a que propunha a necessidade de um modelo de desenvolvimento autônomo para o país.

## Referências

ABREU, Alzira A. de. (2002). **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ABREU, Alzira A. de. (2003). **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ALMEIDA, Maria F. L. (2009). **VEJA sob censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba.

ALMOND, Gabriel A. (1950). **The american people and foreign policy**. New York: Harcourt, Brace and Company.

BARRETO, Fernando de M. (2001). **Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil: 1912– 1964**. São Paulo: Paz e Terra.

DASSIN, Joan R. (1984). The Brazilian press and the politics of *Abertura*. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, 26 (3):385-414. <http://dx.doi.org/10.2307/165675>

DÁVILA, Jerry.(2011). **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980**. São Paulo: Paz e Terra.

DREIFUSS, René A. (1981). **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 2ª. ed. Petrópolis, Vozes.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. (2000). **Todo império perecerá**. Brasília/São Paulo: Ed. UnB/ Imprensa Oficial do Estado.

FAIRCLOUGH, Norman. (2001). **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. UNB.

FERREIRA, José M. (1994) A mudança de regime e as reacções internacionais. In CARRILHO, Maria (ed.). **Democracia e Defesa – Sociedade, Política e Forças Armadas em Portugal**. Lisboa: Dom Quixote, 69-86.

FERREIRA, José M. (2000). Após o 25 de Abril. In TENGARRINHA, José (ed.). **História de Portugal**. Bauru/São Paulo: EDUSC/UNESP, 339-368.

FROTA, Sylvio. (2006). **Ideais traídos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- GARCIA, Eugênio V. (1997). O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 40 (1):18-40. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291997000100002>
- GENTILLI, Victor. (2008). A imprensa brasileira mudou bastante depois do AI-5... mas não como decorrência dele. In MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (ed.). **Tempo Negro, Temperatura Sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Editora da PUC-Rio, 289-314.
- GILBOA, Eytan. (2002). Global communication and foreign policy. **Journal of Communication**, 52 (4):731-748. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.2002.tb02571.x>
- GONÇALVES, Williams e MIYAMOTO, Shiguenoli. (1993). Os militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, 6 (12): 211-246.
- HALLIN, Daniel C. (1989). **The “uncensored war”: the media and Vietnam**. Berkeley: University of California Press.
- HERMAN, Edward S. (1993). The media’s role in U.S. foreign policy. **Journal of International Affairs**, 47 (1): 23-45.
- HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. (2002). **Manufacturing consent: the political economy of the mass media**. New York: Pantheon e-Books.
- HILL, Christopher. (2003). **The changing politics of foreign policy**. Londres: Palgrave Macmillan.
- KUSHNIR, Beatriz. (2004). Entre censores e jornalistas: colaboração e imprensa no pós-1964. In FICO, Carlos et al. (ed.). **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 80-90.
- LESSA, Antônio C. M. (1995). A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do nacional-desenvolvimentismo (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 38 (1): 24-39.
- MAXWELL, Kenneth. (1999). **A construção da democracia em Portugal**. Lisboa: Editorial Presença.
- MELO, Ovídio de A. (2000). O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. In ALBUQUERQUE, José A. G. de (ed.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico - Vol. III**. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 345-391.
- MELO, Ovídio de A. (2009). **Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty**. Brasília: FUNAG.
- MENESES, Filipe R. de. (2011). **Salazar: biografia definitiva**. São Paulo: Leya.
- NATALI, João B. (2004). **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto.
- NAVEH, Chanan. (2002). The role of the media in foreign policy decision-making: a theoretical framework. **Conflict & Communication Online**, 1 (2):1-14.
- PINHEIRO, Leticia. (2004). **Política externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- RABELO, Genival. (1966). **O capital estrangeiro na imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- REVISTA VEJA. (1980). **Princípios à parte. No corpo-a-corpo mundial, o Brasil dá seus lances ao preço de antigos alinhamentos**. Edição 593, de 16 de janeiro, 22-27.
- REVISTA VEJA. (1979). **A coragem de ousar**. Edição 549, de 14 de setembro, 57-61.

- REVISTA VEJA. (1978). **Editorial**. Edição 523, de 13 de setembro, 18-19.
- REVISTA VEJA. (1976). **Azeredo da Silveira na ONU**. Edição 422, de 06 de outubro, 105.
- REVISTA VEJA. (1975). **Saúde e Política**. Edição 382, de 31 de dezembro, 23.
- REVISTA VEJA. (1975). **Na defensiva**. Edição 376, de 19 de novembro, 24.
- REVISTA VEJA. (1975). **Angola. A independência dos inimigos**. Edição 376, de 19 de novembro, 30-34.
- REVISTA VEJA. (1975). **Um bom início**. Edição 328, de 18 de dezembro, 29.
- SARAIVA, José F. S. (1996). **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)**. Brasília: Editora da UnB.
- SILVA, Carla L. (2009). **VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)**. Cascavel: Edunioeste.
- SOUZA, Ulysses A. de. (1988). A história secreta de *VEJA*. **Imprensa**, setembro: 75-105.
- SPEKTOR, Matias. (2009). **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- VAN DIJK, Teun A. (2012). **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto.
- VIZENTINI, Paulo G. F. (1995). **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)**. Petrópolis: Vozes.
- VIZENTINI, Paulo G. F. (1998). **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: EdUFRGS.
- VIZENTINI, Paulo G. F. (2017). A Política Externa Independente do Brasil (1961-1964): paradigma de uma diplomacia autonomista e desenvolvimentista. In FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (ed.). **San Tiago Dantas e a Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Luzes, 15-29.
- WOLFSFELD, Gadi. (2011). **Making sense of media and politics. five principles in political communication**. Abingdon: Routledge/Taylor & Francis Group.